
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA E COM GARANTIA ADICIONAL REAL SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA, EM
SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA DESENVIX
ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

ENTRE

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
na qualidade de Emissora

E

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

E

JACKSON EMPREENDIMENTOS S.A.

E

SN POWER BRASIL INVESTIMENTOS LTDA.
como Garantidoras

23 DE MAIO DE 2014



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA E COM GARANTIA ADICIONAL REAL SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado:

(a) **DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade anônima com registro de capital aberto categoria "A" sob o código 02259-4 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, n.º 3.571, cj. 2.001, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.143.949 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.622.416/0001-41, neste ato devidamente representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

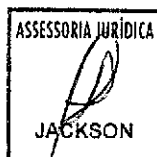
e, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos Debenturistas (conforme abaixo definido),

(b) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade limitada constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

e, ainda, como intervenientes anuentes e garantidoras,

(c) **JACKSON EMPREENDIMENTOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado constituída e existe de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, n.º 3.571, cj. 2.003, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06466-000, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.455.002 e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.357.415/0001-42, neste ato devidamente representada na forma de seu estatuto social ("Jackson"); e

(d) **SN POWER BRASIL INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade limitada constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Tenente Silveira, n.º 94, 4º andar, Centro, CEP 88.010-300, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC")



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top right, a circular mark below it, and several other signatures and initials further down, some with numbers like "2" and "3" next to them.

sob o NIRE 42.204.898.824 e inscrita no CNPJ/MF o n.º 16.660.530/0001-04, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social ("SN Power", em conjunto com Jackson, as "Garantidoras").

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional Real sob Condição Suspensiva, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Desenvix Energias Renováveis S.A." ("Escritura"), nos termos da regulamentação aplicável, mediante as seguintes s e condições;

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 23 de maio de 2014 ("AGE da Companhia"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e com garantia adicional real sob condição suspensiva, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), bem como de seus termos e condições; (b) aprovação da constituição da Garantia Real (conforme definido abaixo); e (c) a autorização à diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.1.2. A Emissão foi aprovada, ainda, pelo conselho de administração, em reunião realizada em 25 de abril de 2014, em conformidade com o disposto no item XXXIV do artigo 19 do estatuto social da Emissora.

1.2. Autorizações das Garantidoras

1.2.1 As garantias fidejussórias da Emissão são outorgadas com base nas deliberações: (i) da reunião do conselho de administração da Jackson realizada em 23 de maio de 2014 ("RCA da



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top right, a signature below it, and several initials and signatures at the bottom right, some with circled numbers (e.g., 3).

Jackson"); e (ii) da reunião de sócios da SN Power realizada em 22 de maio de 2014 ("RS da SN Power").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

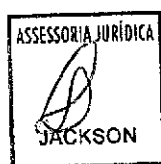
2.1.2 Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA, nos termos do § 2.º do artigo 1.º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informação para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.2.1 A ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Empresas e Negócios", conforme disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2 A ata da RCA da Jackson será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Empresas e Negócios".

2.2.3 A ata da RS da SN Power será arquivada na JUCFSC.



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top right, a signature below it, and several initials and smaller signatures at the bottom right.

2.3. Arquivamento da Escritura na JUCESP

2.3.1 Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, II, e § 3.º, respectivamente, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2 A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e eventuais Aditamentos, devidamente registrados na JUCESP e nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das Garantidoras, da Emissora e do Agente Fiduciário, conforme previsto no item 2.5.2 abaixo, em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de obtenção dos referidos registros.

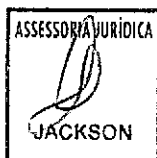
2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP e negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Registro das Garantias

2.5.1 O "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Bradesco S.A. ("Contrato de Garantia"), será arquivado nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das partes do Contrato de Garantia na forma e prazo previstos no Contrato de Garantia e na legislação aplicável. Uma via original do Contrato de Garantia e de seus eventuais aditamentos devidamente registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das partes do Contrato de Garantia deverão ser entregues ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento.



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top right, a signature below it, and several initials and smaller signatures at the bottom right, some of which appear to be over a circled number 5.

2.5.2 Em virtude das Fianças, a serem prestadas pelas Garantidoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será registrada pela Emissora, às expensas da Emissora, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das Garantidoras, da Emissora e do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 De acordo com seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e transmissão de energia elétrica; (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; e (iii) implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com foco em projetos de geração hidrelétrica, e incluindo também determinados projetos de biomassa, solares e eólicos.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 A Emissão objeto da presente Escritura de Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Valor Total da Emissão

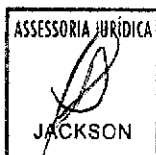
3.3.1 O valor total da Emissão é de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4 Número de Séries

3.4.1 A Emissão será realizada em uma única série.

3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), conforme o "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top right, a stylized 'S' or 'B' below it, and several other initials and signatures at the bottom right, some of which appear to be over a stamp or another signature.

Espécie Quirografia, com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional Real sob Condição Suspensiva, em Série Única”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

3.5.2 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2.º, parágrafo único, da Instrução CVM 476.

3.5.4 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o Dia Útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.5 Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado no âmbito nacional ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

3.5.6 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará Plano de Distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados, assim entendidos, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, como (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (“Investidores Qualificados”).



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature at the top right, a circular mark below it, and several other initials and signatures further down.

3.5.5.1 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do item 3.5.6 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.7 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.8 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 O banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante” e “Escriturador Mandatário”), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Escriturador Mandatário e Banco Liquidante na prestação dos serviços previstos neste item.

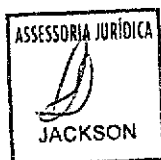
3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados a reforço de caixa da Emissora para atender aos negócios de sua gestão ordinária.

3.8 Garantia Fidejussória

3.8.1 Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, das Debêntures, as Garantidoras prestam garantia fidejussória, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“Fiança”), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedoras não solidárias e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na proporção de 50% (cinquenta por cento) cada, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita.

3.8.2 Na proporção de 50% (cinquenta por cento) cada, as Garantidoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, Garantidoras e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, incluindo os Juros Remuneratórios, bem



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with circled numbers.

como os encargos moratórios aplicáveis (se houver) e as demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado a, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido").

3.8.2.1 As obrigações das Garantidoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

3.8.3 O Valor Garantido será pago pelas Garantidoras no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Garantidoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de aut falência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 3 (três) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Os pagamentos serão realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures, sempre observados os eventuais períodos de cura aplicáveis, conforme estabelecidos nesta Escritura.

3.8.3.1 O pagamento citado no item 3.8.3 acima deverá ser realizado pelas Garantidoras fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.8.4 As Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.8.4.1 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Garantidoras com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.



[Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large 'S' and several smaller marks.]

3.8.5 As Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 3.8, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada.

3.8.6 A presente Fiança é prestada pelas Garantidoras em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Integralização (conforme definido no item 4.9.1 abaixo), permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.8.7 As Garantidoras desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.8.8 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.8.9 A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, independentemente da excussão de quaisquer outras garantias que tenham ou venham a ser constituídas.

3.9 Garantia Real

3.9.1 Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, das Debêntures, são cedidos fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da distribuição de dividendos de determinadas sociedades em que a Emissora detém participação acionária, conforme listadas no Anexo I do Contrato de Garantia ("Garantia Real"), sendo que referida cessão fiduciária em garantia será realizada sob condição suspensiva, conforme previsto no Contrato de Garantia.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 26 de maio de 2014 ("Data de Emissão").



4.1.2 Conversibilidade, Tipo e Forma: simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória e com garantia adicional real sob condição suspensiva.

4.1.4 Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 26 de maio de 2019 ("Data de Vencimento").

4.1.5 Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6 Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 45 (quarenta e cinco) Debêntures, as quais serão colocadas sob o regime de garantia firme de colocação.

4.1.7 Atualização do Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

4.2. Remuneração

4.2.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios ("Juros Remuneratórios") correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), a partir da Data de Integralização, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo.

4.2.1.1 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.2.2 Fórmula de Cálculo da Remuneração. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:



$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Onde:

FatorDI produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n;



DI_k Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 2,8500;

DP É o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou o último evento de pagamento da Remuneração, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.3 Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do próximo pagamento da Remuneração.



4.2.4 Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações do principal.

4.2.5 Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas ("Debenturistas") quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.2.6 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de encerramento do prazo acima indicado, convocar a assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula Oitava abaixo para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de atualização a ser aplicado.

4.2.7 Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e a Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá resgatar e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.8 As Garantidoras desde já concordam com o disposto nos itens 4.2.6 e 4.2.7 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança (conforme definida no item 3.8.1) válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. As Garantidoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima, como o aditamento à presente Escritura, por exemplo.

4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1 O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, nos meses de maio e novembro de cada ano, a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2014 e o último na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos



Eventos de Inadimplemento ou do resgate antecipado das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI) (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1 Serão realizadas 4 (quatro) amortizações anuais e consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quatro) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, conforme apresentado na tabela a seguir:

<i>Data de Amortização</i>	<i>Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado</i>
26 de maio de 2016	22,23%
26 de maio de 2017	22,23%
26 de maio de 2018	22,23%
26 de maio de 2019	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.5. Local de Pagamento

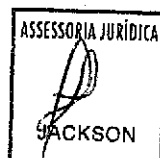
4.5.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP (“Local de Pagamento”).

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

4.9.1 A integralização será realizada à vista, no ato de subscrição, em moeda corrente nacional, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Integralização"), observado o disposto no artigo 8º da Instrução CVM 476.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, sem acréscimos de qualquer natureza, na Data de Integralização ("Preço de Subscrição").

4.11. Repactuação

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e o jornal "Empresas e Negócios" ou em outros, conforme deliberação da assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na internet (<http://www.dcsenvix.com.br>).

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade



das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP quando custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, com cópia ao Escriturador Mandatário e Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1 Resgate Antecipado Facultativo e Oferta de Resgate Antecipado

5.1.1. A Emissora poderá, a partir da Data de Integralização, resgatar antecipadamente as Debêntures em Circulação, seja em sua totalidade, seja parte das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures resgatadas, observados os termos e condições a seguir ("Resgate Antecipado Facultativo").

5.1.1.1. A realização do Resgate Antecipado Facultativo dependerá de comunicação, pela Emissora aos Debenturistas, por meio de correspondência endereçada aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário ou de publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.12 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo").

5.1.1.2. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de



Integralização (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo (“Prêmio”), incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração conforme subitem “a” acima (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo”):

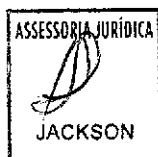
<i>Data do Resgate (inclusive)</i>	<i>Flat fee</i>
Até 26 de maio de 2015	1,20%
Até 26 de maio de 2016	0,90%
Até 26 de maio de 2017	0,70%
Até 26 de maio de 2018	0,50%
Até a Data de Vencimento	0,30%

5.1.1.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo será relativo à totalidade ou à parte das Debêntures em Circulação e, caso o Resgate Antecipado Facultativo se refira à parte das Debêntures em Circulação, a quantidade de Debêntures em Circulação objeto do Resgate Antecipado Facultativo; (c) a taxa do Prêmio a ser utilizada para cálculo do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.1.4. Na hipótese de deliberação pelo Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures, será adotado o critério de sorteio, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

5.1.2. Sem prejuízo do Resgate Antecipado Facultativo, a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo e conforme deliberação de seus órgão societários competentes, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures resgatadas, conforme o que for definido pela Emissora, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos nos itens abaixo (“Oferta de Resgate Antecipado”).

5.1.2.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada ao Agente Fiduciário e deverá publicar, na mesma data de envio da referida comunicação, anúncio aos Debenturistas (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), no qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou à parte das Debêntures em



Circulação; (b) caso a Oferta de Resgate Antecipado se refira à parte das Debêntures em Circulação, a quantidade de Debêntures em Circulação objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debenturistas; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado a ser oferecido pela Emissora, caso exista, o qual deverá ser aprovado pela Assembleia Geral da Emissora; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas à Emissora que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no item 5.1.2.2. abaixo; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

5.1.2.2. Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar antecipadamente a quantidade de Debêntures que tenha sido indicada por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

5.1.2.3. A Emissora deverá: (a) na data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado.

5.1.2.4. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data do efetivo pagamento devido em razão da oferta de resgate antecipado; e (b) se for o caso, do prêmio de oferta de resgate, se houver, a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

Caso a Emissora opte por realizar a Oferta de Resgate Antecipado parcial e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas pelos titulares das Debêntures em adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade de Debêntures originalmente indicada pela Emissora, então o resgate antecipado será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente



Fiduciário e cujo procedimento será definido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas sorteados serão informados sobre o resultado do sortio, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data prevista para o respectivo resgate.

5.1.3. Caso seja realizado o Resgate Antecipado Facultativo ou a Oferta de Resgate Antecipado, qualquer deles ocorrerá por meio dos procedimentos estabelecidos pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

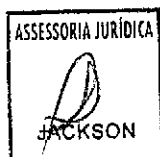
5.1.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo ou a Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo ou a Oferta de Resgate Antecipado, por meio de envio de correspondência contendo o “de acordo” do Agente Fiduciário.

5.1.5. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado, no âmbito desta Emissão, deverá ser um Dia Útil.

5.1.6. As Debêntures resgatadas nos termos dos itens 5.1.1 e 5.1.2 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

5.2 Aquisição Facultativa

5.2.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.



CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado

6.1.1 Observados os itens 6.2. e 6.3. abaixo, o Agente Fiduciário, mediante prévio aviso por escrito à Emissora, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como dos demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, apurado na forma da lei e de acordo com o disposto nesta Escritura, na ocorrência de qualquer das seguinte hipóteses (cada uma delas, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas nesta Escritura, em especial àquelas referentes ao pagamento do Valor Nominal Unitário, Remuneração e demais encargos pactuados com relação às Debêntures, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil, sendo que tal prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento de comunicação escrita do referido descumprimento enviada (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que tal prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura;
- (c) decretação de vencimento antecipado de qualquer operação financeira, ou acordo do qual a Emissora seja parte como devedora (incluindo, mas não se limitando, a empréstimos no mercado local ou internacional, instrumentos derivativos e operações similares), ou de mercado de capitais contratada pela Emissora, cujo valor unitário ou agregado seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- (d) transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, inclusive mas não se limitando a incorporações, fusões, cisões, ou reorganizações societárias sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas, exceto em relação a qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora em decorrência de:
 - (i) transferências entre os acionistas que façam parte do quadro acionário da Emissora na data de assinatura desta Escritura; (ii) do exercício de direitos estabelecidos em acordos de



acionistas que tenham sido arquivados na sede da Emissora até a data de assinatura desta Escritura; ou (iii) reorganização societária na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente em conjunto pela Jackson Empreendimentos S.A. (ou por empresa que venha a substituí-la como sociedade de participação (holding) do Grupo Engevix), pela SN Power e pela FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais;

(e) protesto de títulos contra a Emissora cujo montante, individual ou agregado, ultrapasse R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), exceto se o referido protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros devidamente comprovado pela Emissora, ou se for revogado ou cancelado dentro do prazo legal;

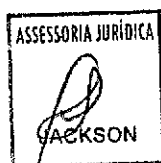
(f) em caso de (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora não clidido ou rejeitado no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora independentemente de deferimento ou homologação por juiz competente; ou (v) a dissolução ou liquidação da Emissora;

(g) decisão judicial transitada em julgado, ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, que imponha obrigação de pagamento em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), desde que tal valor não seja pago no prazo legal ou, ainda, exceto se a respectiva decisão judicial transitada em julgado, ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, tenha sido proferida em relação a questões envolvendo a Companhia, seus acionistas e a BBE Brasil Bioenergia S.A., incluindo, sem limitação, os procedimentos arbitrais 39/2010 e 42/2010 em curso no Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, a execução nº 0293576-46.2009.8.19.0001 (2009.001.294405-8) e a Ação Anulatória de Sentença Arbitral nº 0404529-38.2013.8.19.0001 ambas em curso perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro;

(h) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou, de qualquer modo, adquirir compulsoriamente totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;

(i) transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) caso qualquer das declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura seja comprovadamente falsa ou enganosa, ou ainda seja incorreta ou incompleta;



(k) alienação ou oneração, direta ou indiretamente, pela Emissora, de participações societárias ou de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, contribuam com mais do que 15% (quinze por cento) do EBITDA (conforme definido abaixo), exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(l) resgate ou amortização de ações, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações em relação aos Debenturistas, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(m) realização de redução do capital social da Emissora após a Data de Emissão, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(n) se as obrigações de pagar da Emissora, previstas nesta Escritura, deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* em prioridade de pagamento com as demais dívidas da mesma espécie e que gozem das mesmas garantias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal;

(o) alterações no objeto social da Emissora de modo que sejam modificadas as atividades principais atualmente por ela exercidas de forma relevante e/ou alteração do estatuto social da Emissora que seja seguida de exercício de direito de retirada por qualquer dos acionistas da Emissora, em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, exceto se previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas;

(p) não solução no prazo de até 2 (dois) anos (ou quando expirarem os prazos de postergação do BNDES e ANEEL) pela UTE Encrása de seu problema de geração de energia ou da venda do seu PPA para terceiros a fim de liquidar dívida com o BNDES, ficando ressalvado, contudo, que a presente hipótese de vencimento antecipado não será aplicável caso a não solução de referido problema no prazo acima estipulado não afete o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura;

(q) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ainda que a Emissora esteja adimplente com suas obrigações decorrentes das Debêntures;



(r) tomada de novas dívidas, alienação de ativos, seja de projetos ou da própria Emissora, em montantes que somados sejam superiores a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sem a anuência prévia de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(s) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas;

(t) redução de capital social da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, exceto se previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas;

(u) realização de operações com derivativos (conforme definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto) em montante superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sem prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso de operações de *hedge* cambial, de preços de energia e outros tipos relacionados ao próprio negócio de finanças da Emissora, sempre com o objetivo de proteção patrimonial; e

(v) se o Contrato de Garantia (i) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou pelas Garantidoras; (ii) tiver seus efeitos suspensos por decisão judicial ou arbitral, inclusive de caráter liminar; ou (iii) for anulado ou deixar de existir ou for rescindido.

6.1.2 Os valores mencionados nas alíneas (c), (e), (g), (r) e (u) acima serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") ou outro índice que venha a substituí-lo.

6.1.3 Para os efeitos do disposto no subitem (k) acima, "EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciação e amortização, relativo a um período de 12 (doze) meses.

6.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (c), (d), (e), (f), (g), (i), (k), (l), (m), (q), (r), (s) e (v) do item 6.1.1. acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas ou à Emissora, desde que respeitados prazos de cura eventualmente estabelecidos nas respectivas alíneas do item 6.1. acima, ficando o vencimento antecipado condicionado à entrega de notificação escrita nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora.

6.3. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas demais alíneas do item 6.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral dos



A handwritten signature, possibly "X" or "Y", written in ink.

A handwritten signature, possibly "P", written in ink.

A handwritten signature with the number "24" written next to it.

A handwritten signature, possibly "H", written in ink.

A handwritten signature, possibly "J", written in ink.

A large, stylized handwritten signature, possibly "S", written in ink.

A handwritten signature, possibly "al", written in ink.

Debenturistas em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento do referido evento ou for assim informado pela Emissora, o que ocorrer primeiro, para que os Debenturistas possam deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Oitava desta Escritura e o *quorum* específico estabelecido nos subitens 6.3.1. e 6.3.2. abaixo para a Assembleia Geral dos Debenturistas. A referida assembleia aqui prevista também poderá ser convocada pela Emissora.

6.3.1 Se na Assembleia Geral dos Debenturistas os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, determinarem que o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

6.3.2 Caso seja deliberado na Assembleia Geral dos Debenturistas pela declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar na mesma data à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento para que esta proceda ao pagamento das Debêntures, nos termos dos itens 6.3. e 6.5 desta Escritura.

6.4. Na hipótese de não convocação da Assembleia Geral dos Debenturistas mencionada no item 6.3. acima, ou de não instalação da referida assembleia por falta de *quorum*, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto no item 6.5. abaixo.

6.5. Observado o disposto nesta Cláusula Sexta, em qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures a Emissora obriga-se a, em até 5 (cinco) Dias Úteis do seu recebimento da comunicação por escrito a ser encaminhada pelo Agente Fiduciário, a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos nesta Escritura, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:



(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data de divulgação de suas demonstrações financeiras, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social corrente, ainda que não encerrado, e do anterior já encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM na internet; (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura; e (iii) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro do exercício anterior, acompanhado de declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 6.1 acima. A verificação, pelo Agente Fiduciário, do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora, se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora neste item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das controladas;

(ii) dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre do exercício social, e não antes da divulgação ao mercado, (i) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM na internet; e (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura;

(iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"), nos prazos ali previstos, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM na internet;

(iv) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma razoável e justificada pelo Agente Fiduciário;

(v) confirmação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações principais e acessórias, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e

(vi) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula Sexta acima, no prazo de até 2 (dois) dias contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência.



- (b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, tendo por norteadoras a Lei das Sociedades por Ações e as regras da CVM;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula Oitava abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por estas instituições.
- (f) preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (g) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 480;
- (h) manter em adequado funcionamento o serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este tipo de serviço;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo ao seu estatuto social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) comunicar o Agente Fiduciário de qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.7 acima;



(l) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir à licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

(m) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e para os quais a Emissora possua provimento jurisdicional ou administrativo vigente autorizando o não pagamento, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(n) enquanto as Debêntures estiverem em Circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;

(o) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP;

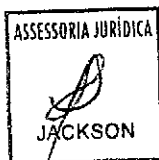
(p) divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário;

(q) observar as disposições da Instrução CVM 358, inclusive no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente os Coordenador Líder e o Agente Fiduciário;

(r) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet, dentro de 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social, e mantê-las disponíveis por um prazo de 3 (três) anos;

(s) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir às leis, às regras, aos regulamentos e às ordens que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora e para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

(t) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis incorridas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e



outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura; e

(u) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável.

CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.1 Convocação

8.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3 A primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da primeira convocação. A segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contados da data do primeiro anúncio da segunda convocação.

8.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.1.5 Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte deste instrumento, ou que não comprovem sua condição de debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de



identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

8.2 **Quorum de Instalação**

8.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

8.2.2 Para efeito desta Escritura, para constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas aqui previstos, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

8.3 **Quorum de Deliberação**

8.3.1 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 8.3.2. e 8.3.3. abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

8.3.2 Não estão incluídos no *quorum* previsto no item 8.3.1 acima:

- (i) os *quorums* expressamente previstos em outras disposições desta Escritura; e
- (ii) a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) Remuneração; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento antecipado; e (v) datas de amortização.

8.3.3 As alterações dos *quorums* estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas neste item 8.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



CLÁUSULA IX
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. Declarações

9.1.1 A Emissora declara ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e/ou (iii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data e por aquele a ser constituído por meio da Garantia Real;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se refere às autorizações e licenças cujo requerimento tenha sido tempestivamente realizado pela Emissora;
- (f) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere às leis, aos regulamentos, às normas administrativas e às determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais que estejam sendo contestados de boa-fé pela



Emissora e para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional ou administrativo vigente autorizando sua não observância;

(g) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura;

(i) manterá em vigor toda a estrutura de contratos relevantes e demais acordos relevantes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(k) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

(l) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;

(m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;

(n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;



(o) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura;

(p) cumprirá rigorosamente, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

(q) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;

(r) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de Debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(s) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e

(t) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

9.1.2 Cada uma das Garantidoras declara, de forma individual, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) a SN Power é uma sociedade limitada devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;

(b) a Jackson é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil

(c) cada uma de suas controladas, diretas ou indiretas, foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;



A large, stylized handwritten signature.

A handwritten signature with a circular flourish at the top.

A large, stylized handwritten signature.

A handwritten signature.

A handwritten signature.

(d) estão devidamente autorizadas a celebrar a presente Escritura, a prestar a Fiança e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(e) a Fiança e as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes das Garantidoras, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(f) a celebração da presente Escritura e a Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem seus respectivos contratos sociais, conforme aplicável, ou qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(g) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelas Garantidoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a prestação da Fiança, exceto pelo registro da RS da SN Power e da RCA da Jackson, bem como pelo arquivamento desta Escritura (e seus aditamentos) na JUCESP e o registro desta Escritura e do Contrato de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das Garantidoras, da Emissora e do Agente Fiduciário;

(h) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações nela previstas, bem como a prestação da Fiança não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual as Garantidoras e/ou quaisquer de suas controladas, diretas ou indiretas, sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e/ou (iii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem das Garantidoras, exceto por aqueles já existentes na presente data e por aquele constituído por meio da Fiança;

(i) as Garantidoras e suas controladas, diretas ou indiretas, possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pelas Garantidoras, de suas obrigações previstas nesta Escritura;

(j) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento das Garantidoras, que possa vir a afetar a capacidade das Garantidoras de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e



constantes das demonstrações financeiras das Garantidoras e para as quais as Garantidoras possuam provimento jurisdicional ou administrativo vigente autorizando sua não observância;

(k) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças (inclusive ambientais) cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;

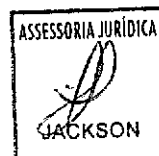
(l) as Garantidoras estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pelas Garantidoras e para as quais as Garantidoras possuam provimento jurisdicional ou administrativo vigente autorizando sua não observância;

(m) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Garantidoras, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes das Garantidoras, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(o) não omitiram nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável das Garantidoras, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica das Garantidoras em prejuízo dos Debenturistas; e

(p) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão.



CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

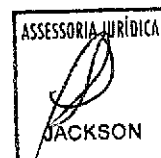
10.1 Nomeação

10.1.1 A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, **Planner Trustee DTVM Ltda.**, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

10.2 Declaração

10.2.1 O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei, que:

- (a) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, excipível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



(i) a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora e no limite das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e

(j) Conforme disposto no item 7.1.(a).(i), informa que a verificação do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora no referido item, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das controladas.

10.2.2 Na data de celebração desta Escritura de Emissão, com base em organograma societário encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na “*Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.*”, no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), correspondente a 100.000 (cem mil) debêntures, com amortizações semestrais, em cinco parcelas, a partir de 12 de dezembro de 2014.

10.2.2.1 Tendo em vista o disposto no item 10.2.2 acima, o Agente Fiduciário assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o item acima.

10.3 Substituição

10.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 10.3.6 abaixo.



10.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

10.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser arquivado na JUCESP.

10.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.

10.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada, *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

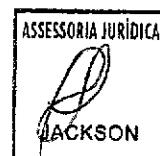
10.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, emanados por atos da CVM.

10.4 Deveres

10.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



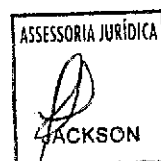
- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (vii) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - (viii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.

- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos no item 2.2 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o inciso "l" se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e Banco Liquidante e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - (i) à CVM; e
 - (ii) à CETIP;
- (r) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos no item 6.1. acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e
- (s) verificar e manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures a ser realizado pela Emissora e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

10.5 Atribuições Específicas

10.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura:

- (a) declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e



(d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "c" e "d" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.6 Remuneração do Agente Fiduciário

10.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) parcelas anuais de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) cada uma, sendo devida a primeira parcela 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura da presente Escritura, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, até a liquidação integral das debêntures;

(b) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão destas, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, caso sejam concedidas; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (a) da espécie da presente Emissão; (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

(c) as parcelas de remuneração do Agente Fiduciário, conforme prevista neste item 10.6.1, serão atualizadas pelo IGP-M à partir da Data de Emissão;

(d) o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;

(e) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com



antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

(f) a remuneração aqui prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(g) as remunerações não incluem as despesas razoáveis e usuais com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas razoáveis e usuais com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;

(h) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e usuais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos;

(i) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e

(j) eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário ou alteração nas características de Emissão facultarão o Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.



10.7 Despesas

10.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.7.2 O ressarcimento a que se refere este item será efetuado em 15 (quinze) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.7.3 No caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.4 As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas razoavelmente incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais, ou periciais, que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.



10.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nos itens 10.7.1 e 10.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Comunicações

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Rua Tenente Silveira, n.º 94 - 9º andar.

Florianópolis, SC – CEP 88010-300.

At.: Sr. Paulo Marcelo G. Margarido

Tel.: (48) 3031-2583

Fax: (48) 8800-8296

E-mail: paulo.marcelo@desenvix.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar

São Paulo – SP CEP: 04538-132

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: vrodrigues@planner.com.br;fiduciario@planner.com.br;tlima@planner.com.br

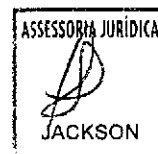
Para o Escriturador Mandatário e Banco Liquidante:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900 - Osasco – SP

At.: Sr. João Batista de Souza / Fábio da Cruz Tomo



Tel.: (11) 3684-7911 / 11-3684-2852

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar.

São Paulo, SP - CEP 01452-001.

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte, pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

11.1.4 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 11.1.3. acima serão arcados pela parte inadimplente.

11.2 Renúncia

11.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2.2 Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3 Título Executivo

11.3.1 A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas



contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.4 Custos de Registro

11.4.1 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão e/ou às garantias prestadas, nos órgãos e registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.5 Prazos

11.5.1 A não ser que de outra forma disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

11.6 Integralidade

11.6.1 Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de investidores e publicações previstas na Instrução CVM 476.

11.7 Aditamentos

11.7.1 Quaisquer Aditamentos deverão ser firmados pela Emissora, pelas Garantidoras e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP e nos demais cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

11.8 Lei Aplicável

11.8.1 Esta Escritura é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

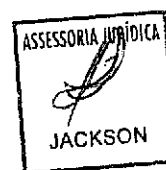
11.9 Foro

11.9.1 Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estando assim, certas e ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 23 de maio de 2014



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

(Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Desenvix Energias Renováveis S.A.)

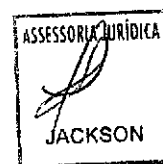
DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo: DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
Paulo Roberto Fraga Zuch
Diretor

Nome:

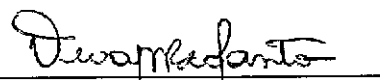
Cargo: DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
Paulo Marcelo G. Margarido
Diretor

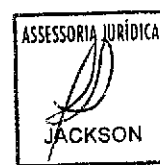


(Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Desenvix Energias Renováveis S.A.)

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome: 
Cargo: **Tatiana Lima**
Procuradora

Nome: 
Cargo: **Viviane Rodrigues**
Diretora



(Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Desenvix Energias Renováveis S.A.)

JACKSON EMPREENDIMENTOS S.A.



Nome:

Cargo:

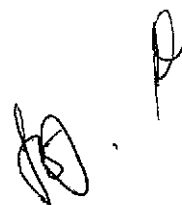
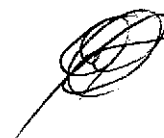
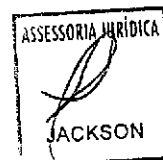
Cristiano Kok
Presidente



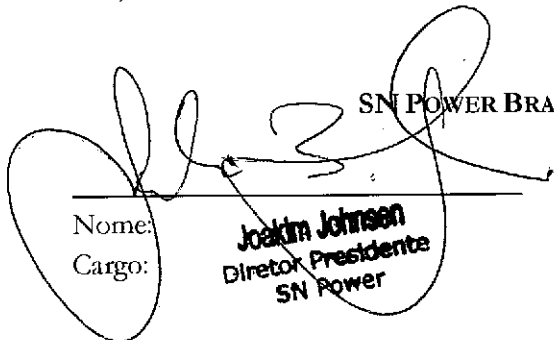
Nome:

Cargo:

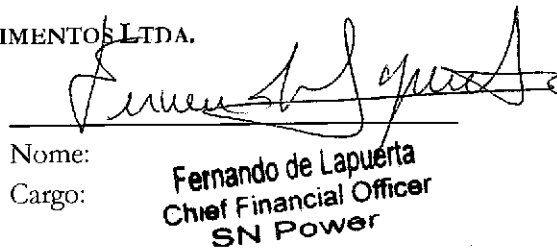
Alvaro Veloso
Vice-Presidente



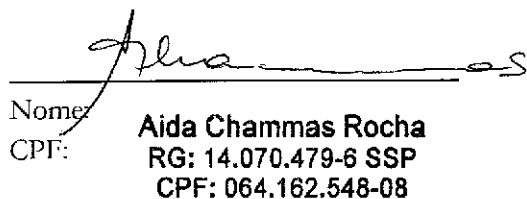
(Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória e Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Desenvix Energias Renováveis S.A.)

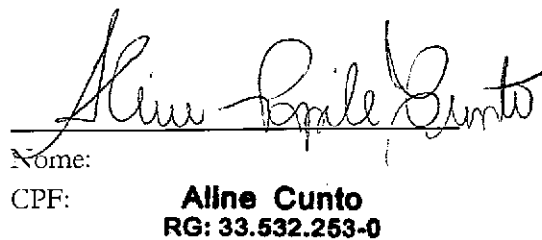

Nome: **Joaquim Johnson**
Cargo: **Diretor Presidente
SN Power**

SN POWER BRASIL INVESTIMENTOS LTDA.


Nome: **Fernando de Lapuerta**
Cargo: **Chief Financial Officer
SN Power**

Testemunhas:


Nome: **Aida Chammas Rocha**
CPF: **RG: 14.070.479-6 SSP
CPF: 064.162.548-08**


Nome: **Aline Cunto**
CPF: **RG: 33.532.253-0**

